

O terceiro pós-guerra

» JORGE FONTOURA
Professor e advogado

Thomas Friedmann, Prêmio Pulitzer e versado analista de política internacional, em recente artigo acerca da guerra na Ucrânia, tratou-a como primeiro conflito mundial de fato. É que, não obstante os 17 milhões de mortos da Guerra de 1914, bem como os 55 milhões da Segunda Guerra, de 1939, os epítetos “mundiais” atribuídos àqueles fatos históricos seriam exagerados, mais retóricos que reais.

Ou, por outra, que só a tessitura globalizada da atualidade permitiria atribuir efetiva natureza mundial a fatos históricos, com o mundo reduzido a um gigante disforme, conectado e urbanizado, transparente e avassalador. Daí a guerra ao vivo, na crueza do post de participantes, como inédito choque psicossocial de desconhecidas consequências. Soldados e civis, com prosaicos celulares, a matar e a morrer on-line, sem filtro e sem edição.

Também haveria que tomar em conta a perspectiva da guerra absoluta, pelo imediato contágio da economia global afetada pelo derramamento de danos. Trata do spill over no dizer acadêmico a guerra econômica paralela, com sanções que a todos penalizam, vencedores e vencidos. Ao léu as cadeias mundiais de comércio, a segurança energética, o direito internacional, os fluxos de moedas, a cooperação e a integração. Abalo a não poupar economias das mais distintas e distantes, a comprometer princípios basilares de convívio harmônico. A crise energética derivada da limitação de abastecimento de gás russo à Europa ocidental, por exemplo, por dutos subterrâneos às próprias estepes ucranianas e paisagens bálticas, sem tomar em conta limites e fronteiras.

Condicional por todos esses fatores, a atual guerra de 2022, que sequestra as boas relações internacionais, mais um capítulo no atávico fratricídio pan-eslavo, em lapso de semanas escalou com inédita gravidade. E, nesse caudal, o mundo que se estimava seguro, cioso da nova ordem mundial, viu-se paralisado na feitura da guerra, retrojetado a medos pretéritos, como o de ataques nucleares que se criam banidos tanto pela razão quanto pelo progresso moral da humanidade.

A paralisia de mecanismos de contenção de ameaça à paz, adornados pela diplomacia do insulto entre mandatários — a vociferar como celerados de redes sociais — é outra marca de inconcebível momento. Seria a guerra na Ucrânia fato histórico de transição de eras, o fim da Idade Contemporânea? Seria a



natureza humana irremediavelmente insana?

Todas essas inquietações desafiam a inteligência e o ímpeto regenerador da humanidade, já em negociações ao fim da barbárie incivil que presenciamos. E são notáveis os esforços para a efetiva negociação a caminho da paz. É de esperar algum progresso a abstrair razões que posam ter russos ou ucranianos, e, de resto, toda a comunidade internacional, e que devem ser arguidas sem guerra. Por meio de formas civildas próprias, como as de solução de controvérsias ao dispor de membros das Nações Unidas, países amantes da paz, como inscrito de forma talvez panglossiana no Preâmbulo da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

É a esperança, por fim, que sempre se faz necessária. Se, de fato, estivermos no vórtice do conflito mundial, primeiro ou terceiro, pouco importa, há sempre o alento de ser possível a convivência pacífica, com base no direito internacional já construído e consolidado.

Basta utilizá-lo. Como se fez ao final da Segunda Guerra, em histórica conferência de paz na mesma e fatídica Crimeia, hoje cenário de massacres entre povos que falam a mesma língua, ou quase isso, com suas cidades agora espectrais, Mariupol, Donetsk, Lugansk, Odessa.

Em fevereiro de 1945, com a guerra vencida, era necessário garantir a paz preventiva, com entendimento entre soviéticos, norte-americanos e britânicos, potenciais inimigos em futuro fatalmente atômico e de assegurada mútua aniquilação. Assim se deu quando líderes aliados abstraíram culpas e buscaram soluções concretas. Será na Conferência de Yalta que serão negociadas e aprovadas as bases da ONU como tal, com a ideia-força de segurança coletiva, concebidas como salvaguardas do mundo para a era nuclear e para sua guerra fria. Aqui estamos. Oxalá possa agora, quando muito, se não como farsa, a história repetir-se.

Onde há Defensoria, há justiça e cidadania

» RIVANA RICARTE
Presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)

» RODRIGO DUZINSKI
Presidente da Associações Estaduais e do DF (Adep-DF)

Desde 2002, o 19 de maio foi instituído como o Dia Nacional da Defensoria Pública, pela Lei nº. 10.448/2002. Por essa razão, há 14 anos, durante o mês de maio, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), em parceria com as Associações Estaduais e do Distrito Federal, lança a campanha nacional de promoção do trabalho de defensoras e defensores públicos, com foco na educação em direitos.

Este ano, com apoio da sociedade civil, o debate “Onde há Defensoria, há justiça e cidadania” traz à tona a importância de reafirmar o papel constitucional da Defensoria Pública para que parâmetros de justiça social e cidadania sejam alcançados.

A Fundação Getúlio Vargas aponta que quase 30 milhões de brasileiros passaram a viver na linha da extrema pobreza neste período pós-pandemia, e isso se reflete diretamente nos atendimentos da instituição. Apenas em 2021, a Defensoria Pública Estadual e Distrital realizou mais de 15 milhões de atendimentos jurídicos em todo o país; 1 milhão a mais que no período 2019/2020. Só no Distrito Federal a marca chegou a 600 mil.

A Defensoria destacou-se com a promoção de ações individuais e coletivas para a resolução imediata de conflitos da população, especialmente nas áreas de saúde, consumidor e família. Os números revelam a necessidade de que a Defensoria Pública esteja cada vez mais fortalecida e atuante em todo o País.

Pesquisa publicada pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no segundo semestre de 2021, apontou que o público-alvo da Defensoria Pública é de 85% da população brasileira. Ou seja, há um universo de milhões de brasileiros do qual a defensoria pública e o defensor público devem se aproximar, seja por meio de campanhas e cursos populares, seja por palestras e rodas de conversa.

Para cumprir a missão constitucional de promover, em todos os graus, orientação jurídica e defesa da população mais carente, ou seja, daqueles indivíduos e grupos que não podem arcar com as despesas de uma representação privada, é urgente superar desafios do baixo orçamento afim de possibilitar a

expansão qualitativa e quantitativa da instituição, com a abertura de novas unidades de atendimento, principalmente em áreas mais periféricas ou no interior dos estados.

O Ministério da Justiça determina que o ideal seria um defensor público para atender cada grupo de 15 mil pessoas que recebem até três salários-mínimos. Mas a realidade é que hoje o Brasil conta apenas com cerca de 6.500 defensores públicos em atividade e está presente apenas em 42% das comarcas (1.162 de 2.762 comarcas), que são os locais onde juízes de primeiro grau atuam.

Esse quadro precisa mudar. O desenvolvimento social do país, prescinde de melhor qualidade de serviços estatais prestados à população. O desenvolvimento do sistema de justiça passa pelo necessário crescimento da Defensoria Pública.

Por isso, é importante que o governo e os parlamentares locais garantam a estrutura adequada para que a Defensoria Pública tenha mais força e se constitua, cada vez mais, braço fortalecido de acesso à justiça das pessoas em situações de vulnerabilidades. Afinal, onde há Defensoria, há justiça e cidadania.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Desmemoriados e sem dignidade

Para Einstein, a diferença entre passado, presente e futuro era apenas uma persistente ilusão, uma vez que o tempo é relativo a grandezas físicas como a velocidade. Uma dessas relações ilusórias do homem com o tempo é dada pela memória e tudo parece desvanecer como fumaça carregada pelo vento.

O sentimento, conferido pela velocidade e volume dos acontecimentos atuais, que chega até nós, em torrentes colossais, tanto pela internet, quanto por outras mídias instantâneas, parece soterrar o ser humano com toneladas de informações. Ao mesmo tempo, parece inserir o indivíduo, de forma isolada, no meio de uma multidão de mais de sete bilhões de pessoas, todas elas borbulhando numa imensa bacia das almas, onde buscam explicações para o que seria esse holograma chamado vida.

Não é por outra razão que, atualmente, muitos se indagam hoje sobre os mistérios do que parece ser o encurtamento do tempo. Não são poucas as pessoas que estranham como os dias parecem transcorrer em desabalada velocidade ladeira a baixo. Não há tempo suficiente para nada. No passado, os mais sábios haviam previsto que chegaria um dia, em que o tempo passaria em nossa frente com tamanha velocidade e pressa, que muitos seriam deixados para trás sem fôlego ou mesmo vontade de seguir adiante.

Hoje, diz-se que os dias voam como horas, e horas, como minutos. Impressão, ou não, o fato é que toda essa superagitação moderna, em que não há sequer tempo para os outros que estão ao nosso lado, acaba tendo efeito também sobre a memória individual e coletiva. O sentimento que muitos experimentam é de que a memória foi empurrada para os porões do subconsciente, onde o acesso só é feito por meio dos sonhos.

Estaríamos, de fato, dado ao volume de informação, construindo uma espécie de Torre de Babel para buscar, mais uma vez, refúgio nos céus, numa confusão moderna em que a praga da multiplicidade de linguagens foi substituída pela quantidade de conhecimento que temos do mundo à nossa volta? Em excesso, até água morna mata. Um dos problemas dessa aparente rapidez do tempo é que vamos, numa espécie de contramarcha, perdendo a capacidade de reter o cotidiano na memória.

Ao fim do dia, mal sabemos o que fazemos pela manhã. Com isso, vamos escrevendo um diário como quem escreve na areia à beira mar. Ciente dessa perda de memória, nossos algozes, que antes faziam esforços para esquecermos suas fealdades, hoje já nem se dão ao trabalho de escondê-las. Exemplo dessa nossa fragilidade de memória pode ser conferida pela desfaçatez com que um ex-presidente se apresenta hoje como candidato, de modo impávido e impoluto, pronto para voltar a governar o mesmo país, que ainda ontem dilapidou com sua gangue.

Do mesmo modo, podemos observar a guerra na Ucrânia, que, a cada dia, vai perdendo espaço nos noticiários ao mesmo tempo em que vão se avolumando o número de jovens mortos. Um dia, quando não restar nada mais do que cadáveres e escombros calcinados, esse conflito covarde irá terminar. Assim como irão terminar as sanções mundiais contra o governo russo.

A Organização das Nações Unidas (ONU), do alto de sua conhecida indiferença, vai ignorar os crimes de guerra. Ninguém fala mais sobre a origem do covid-19. Putin voltará a ser recebido com pompas e circunstâncias nos salões do poder internacional, como se nada tivesse feito. O mundo reagirá a a mesma indiferença que reagiu ao Holodomor stalinista. Restarão apenas as cruzes fincadas no chão naquele país várias massacrado pelos russos.

São perigos dessa natureza, facilitados por nossa perda de memória, que estamos condenados a vir a assistir de novo. Até um dia em que essa desmemorização nos trará junto a perda definitiva do que nos ainda resta de dignidade.

» A frase que foi pronunciada

“O tempo não faz algo apenas com a memória — a memória também faz algo com o tempo.”

Professor Douwe Draaisma

No reino da Dinamarca

» A população de Brasília, que paga altos impostos, estranha a censura aos comentários durante audiências públicas transmitidas em tempo real por instituições públicas. Algo está errado se quem paga as contas não pode ser ouvido.

Univer Cidade

» Por falar em altos impostos, a UnB pode não querer aceitar o projeto da nova ponte? Justificativa da academia: atividades de pesquisa e ensino, biblioteca e atividades em sala necessitam de ambiente adequado para a realização, com níveis sonoros compatíveis. Razão para impedir o livre acesso não parece suficiente nem cientificamente embasada.

Outros tempos

» Foi-se o tempo que autoridades estufavam o peito ao sair às ruas. Faziam questão de usar um broche identificando o alto cargo. Com o advento das mídias sociais, o fenômeno caiu por terra, até quando são esperados para debates e apresentação de plataformas de ação declinam do convite.

» História de Brasília

Enquanto os ministros ficam nessa pasmação, fazendo o povo acreditar no dr. Jânio, que correu com medo, mas já voltou a ter prestígio, os assuntos nacionais ficam dormindo, e os auxiliares imediatos vão sabotando a transferência da capital. (Publicada em 23/2/1962)